

Sumário

1. Introdução.....	1
2. Federalismo e Sistema Penitenciário.....	5
2.1 Federalismo fiscal e autonomia financeira dos entes	6
2.2 Federalismo cooperativo. Repartição de competências no sistema penitenciário - “federalismo penitenciário”	8
3. Aspectos Penais e Fáticos da Questão Prisional	13
3.1 A missão do direito penal. Teorias e funções da pena	13
3.2 Evolução e humanização das penas.....	17
3.3 Direitos das pessoas presas. Regras mínimas da ONU para tratamento dos prisioneiros de 2015 (regras de Mandela)	24
3.4 Dados globais do aprisionamento. Sistemas estrangeiros	27
3.4.1 Dados globais do aprisionamento	27
3.4.2 Estados Unidos da América	30
3.4.3 Noruega.....	32
3.4.4 Holanda.....	35
3.4.5 México.....	36
3.4.6 Colômbia.....	37
3.5 As condições do sistema penitenciário brasileiro. O descompasso constitucional.....	39
3.5.1 Dimensão nacional do problema.....	50
3.5.2 Mulheres na prisão. HC Coletivo 143.641/SP (o STF e as presas gestantes e mães de crianças).....	56
3.5.3 A Pandemia do Coronavírus (COVID-19) e o relaxamento das prisões	59

4. Financiamento do Sistema Penitenciário Brasileiro	63
4.1 O custo do encarceramento. Despesas públicas com a manutenção dos presos.....	63
4.1.1 Obrigação do preso no custeio da sua manutenção	75
4.2 Responsabilidade pelo custeio. União, estados-membros e distrito fe- deral. A questão dos municípios.....	77
4.3 Sistema Penitenciário Federal (SPF). O papel da União	85
4.4 Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) e seu regime jurídico	89
4.4.1 Repasses intergovernamentais do FUNPEN. transferências voluntárias e obrigatórias	98
4.5 Gestão e fiscalização do FUNPEN. Transparência	103
4.5.1 Desvio de Finalidade. Tredesignação	103
4.5.2 Contingenciamentos. Obras Inacabadas. Devoluções de Recursos	105
4.5.3 Fiscalização e Responsabilização. Controladoria. Tribunal de Contas. Ministério Público	109
5. Modelos de Gestão penitenciária. Alternativas ao aprisionamento e custos	119
5.1 Gestão tradicional. Administração direta	119
5.2 Privatização. Terceirização da gestão. Cogestão. Parcerias público-privadas (PPP's).....	124
5.3 Gestão pelo terceiro setor. Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). Método humanizado	131
5.4 Monitoramento eletrônico. Tornozeleiras e pulseiras. Linha de financiamento pelo FUNPEN	135
5.5 As artes na reintegração social dos presos.....	139
6. Política Penitenciária, Orçamento Público e Poder Judiciário	145
6.1 Intervenção judicial na política penitenciária. O estado da arte	145

6.2 “Estado de coisas inconstitucional” - ECI. Violação generalizada e sistemática de direitos fundamentais. ADPF 347 MC/DF.....	153
6.3 Reserva do possível e limitações orçamentárias na questão prisional. RE 592.581/RS.....	158
6.4 A pessoa presa na jurisprudência internacional dos direitos humanos ...	163
7. Conclusão	169
Referências	177